



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1004061-42.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha**
 Inventariante (Ativa): **Cleomara Bassanezi Mattos** (brasileira, casada, manicure, RG 25.405.271-X SSP-SP, CPF 195.090.408-35, residente e domiciliada nesta cidade na Rua Fernandes Nunes, 150, CEP 13.572-520).
 Herdeiros: **Aislam Diego Pereira Bassanezi, Elio José Bassanezi, Kelly Tatiane Pereira Bassanezi, Rosani das Graças Bassanezi Seixas, Rosemar Bassanezi e Valdir Alfredo Bassanezi**
 Inventariada: **Ondina Dias Nassanezi** (RG 16.445.836-0 SSP-SP, CPF 269.310.058-55, nascida em Prata Grande-SC em 29.05.1939, filha de Ibraim Antonio Dias e de Ana Rosa da Silva, falecida em 19.03.2017).

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 44/45. As certidões negativas constam dos autos.

HOMOLOGO, por sentença, o plano de partilha de fls. 44/45 para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, com a ressalva de que o valor do imóvel objeto da partilha, segundo informes de fl. 50, é de R\$ 63.491,92. Observo que **a falecida possuía apenas 50% do imóvel** objeto da matrícula nº 30.107 do CRI local, por isso face aos termos da letra "b" de fl. 45 **cada herdeiro-filho é aquinhoadado com 1/12 do bem, equivalentes a R\$ 5.290,99, e cada herdeiro-neto (por representação) é aquinhoadado com 1/24 do bem, equivalente a R\$ 2.645,49**. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará AUTOMATICAMENTE o seu trânsito em julgado (**dispensando a serventia de expedir certidão específica**).

À inventariante para, em 5 dias, regularizar a representação processual dos herdeiros e seus respectivos cônjuges, apresentando os **instrumentos de mandatos**. Deverá ainda complementar as declarações indicando nome e qualificação dos cônjuges dos herdeiros, bem como o regime de bens adotado por cada casal. Desde que o faça os herdeiros poderão obterem o formal de partilha no Tabelionato de Notas, consoante as Normas do Extrajudicial expedidas pela E. CGJ. O Tabelionato solicitará (por e-mail) senha ao Cartório

1004061-42.2017.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

como de práxis.

Concedo **ALVARÁ** para que o **espólio de O. D. N.**, a ser representado pela inventariante **C. B. M.** (nome completo e qualificação das partes constam do cabeçalho), possa **sacar** no **INSS** o valor do resíduo de crédito do benefício NB nº **21/121585913/6** (inclusive respectivos consectários legais e 13º proporcional), indicado no comunicado da autarquia, constante dos autos (fls. 11). A autorizada poderá receber, dar quitação e assinar os papéis e documentos necessários à consecução desse objetivo. Prazo de validade do alvará: 120 dias. Esta sentença valerá como instrumento de **ALVARÁ** para os fins aqui expressos, devendo o INSS lhe dar pleno atendimento. Compete ao advogado da inventariante materializar esta sentença/alvará assim que publicada nos autos.

Cumpra-se a parte final de fl. 41: intime-se o Fisco Estadual para adotar as providências necessárias visando ao lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2º, do art. 662, c/c § 2º do art. 659, do NCPC. Essa questão não se submete ao crivo judicial nestes autos. Compete ao Oficial do CRI aferir se os herdeiros recolheram o tributo estadual ou obtiveram a declaração de isenção e se a Procuradoria do Estado manifestou concordância a essa exigência.

P. I. Forneça ao Fisco Estadual senha para que tenha pleno acesso a estes autos. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, logo depois de intimado e fornecida senha (para o acesso pleno ao processo) ao Fisco Estadual e desde que as demais condições supra indicadas sejam implementadas, certificando-se nos autos para que se viabilize a expedição do formal de partilha.

São Carlos, 04 de maio de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**